

O CUIDADO COMO FENÔMENO COLETIVO E POLÍTICO: A SAÚDE DE MÃES ATÍPICAS SOB A LENTE DA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

CARE AS A COLLECTIVE AND POLITICAL PHENOMENON: THE HEALTH OF
MOTHERS OF CHILDREN WITH DISABILITIES FROM A SOCIO-
ENVIRONMENTAL EDUCATION PERSPECTIVE

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 06/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777938104](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777938104)

Carla Coutinho Moser¹

Daiani Modernel Xavier²

RESUMO

O presente artigo analisou o impacto do capacitismo estrutural na saúde física, mental e social de mães atípicas em contextos de vulnerabilidade, sob a lente crítica da Educação Socioambiental, buscando evidenciar o cuidado como responsabilidade coletiva e política. Este estudo insere-se no campo da Educação Ambiental crítica, conforme desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que compreende as questões ambientais para além da dimensão ecológica, incorporando determinantes sociais, políticos e culturais. O estudo se baseou em uma pesquisa qualitativa do tipo revisão narrativa de literatura, com 12 artigos sobre mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados foram categorizados em: Sobrecarga Materna e Saúde Mental, Capacitismo: Barreiras Institucionais e Redes de Apoio e Cuidado Coletivo. Os achados confirmaram a tese de que o cuidado materno atípico é marcado pela sobrecarga e pelo adoecimento, sendo a falha do Estado em prover políticas públicas intersetoriais e acessíveis a manifestação mais perversa do capacitismo estrutural, configurando uma injustiça socioambiental.

Palavras-chave: Capacitismo Estrutural; Mães Atípicas; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Ambiental; Cuidado Coletivo.

ABSTRACT

This article analyzed the impact of structural ableism on the physical, mental, and social health of mothers of children with disabilities in contexts of vulnerability, through the critical lens of Socio-Environmental Education, aiming to highlight care as a collective and political responsibility. This study is situated within the field of critical Environmental Education, as developed in the Graduate Program in Environmental Education at the Federal

University of Rio Grande (FURG), which understands environmental issues beyond the ecological dimension, incorporating social, political, and cultural determinants. The study was based on a qualitative narrative literature review, comprising 12 articles focused on mothers of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD). The results were categorized into: Maternal Overload and Mental Health; Ableism: Institutional Barriers; and Support Networks and Collective Care. The findings confirmed the thesis that atypical maternal care is marked by overload and illness, with the State's failure to provide accessible and intersectoral public policies representing the most harmful expression of structural ableism, thus constituting a socio-environmental injustice.

Keywords: Structural Ableism; Mothers of Children with Disabilities; Autism Spectrum Disorder (ASD); Environmental Education; Collective Care.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no campo da Educação Ambiental crítica (Loureiro, 2003), conforme desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA- FURG), que compreende as questões ambientais, integrando determinantes sociais, políticos e culturais. Nesse contexto, a presente investigação articula a temática do cuidado, da saúde e da deficiência como expressões de injustiças socioambientais, evidenciando o capacitismo estrutural como um elemento que tensiona os direitos humanos e a produção da vida em sociedade.

No Brasil, o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2025), identificou pela primeira vez

dados sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no país, revelando que 2,4 milhões de pessoas receberam o diagnóstico, o que corresponde a 1,2% da população nacional. Diante do crescimento e da maior visibilidade dos diagnósticos, torna-se evidente a necessidade de maiores investimentos e da aplicabilidade efetiva de políticas públicas que garantam não apenas o atendimento integral às pessoas com TEA, mas também apoio estruturado às mães, que assumem, em sua maioria, a principal responsabilidade pelo cuidado.

Estudos apontam (Misquiatti et al.,2015) que a maioria dos cuidadores de pessoas com deficiência são mulheres e, no caso de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse papel é exercido majoritariamente pelas mães. Essa realidade evidencia a sobrecarga de gênero presente no cuidado e expõe vulnerabilidades emocionais, sociais e econômicas.

De fato, a pesquisa de Schmidt e Bosa (2007) corrobora essa percepção ao constatar que a maior parte das mães de pessoas com TEA apresentam altos níveis de estresse. O estudo revela ainda que os desafios mais importantes para essas mães, e que mais afetam seu senso de autoeficácia, estão ligados aos déficits na comunicação e interação social dos filhos, como a dificuldade na troca de turnos em conversas e em manter o contato visual. Nesse contexto, compreender o impacto do cuidado materno e os desafios específicos enfrentados por essas mulheres é fundamental para subsidiar políticas públicas e práticas de saúde que promovam não apenas a qualidade de vida da pessoa com autismo, mas também o bem-estar de suas mães.

Nessa perspectiva, trazer essa problemática sob o olhar da Educação Ambiental, significa um ato consciente e transformador, voltado para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em meio aos conflitos e desigualdades vivenciados por essas mulheres e seus filhos. A educação emancipadora reconhece os sujeitos em suas singularidades e os convida à participação ativa nos processos de mudança social. Assim, a práxis educativa torna-se um movimento de transformação recíproca em que indivíduos e coletividades se modificam mutuamente, tendo como base a realidade cotidiana e o compromisso com a superação das estruturas de exclusão presentes ainda na sociedade (Loureiro, 2003).

A saúde das mães , especialmente aquelas que cuidam de filhos com deficiência ou condições de neurodivergência em contextos de vulnerabilidade social é atravessada por múltiplos determinantes: pobreza, baixa escolaridade, racismo ambiental, gênero, capacitismo, falta de acesso a serviços básicos, ausência de políticas públicas integradas e carência de redes de apoio (Hilário et al., 2021). Sob a lente da educação socioambiental, torna-se evidente que a saúde dessas mulheres não pode ser entendida apenas como ausência de doença, mas como um estado de bem-estar que depende do ambiente físico, social e emocional no qual estão inseridas.

A educação socioambiental amplia o olhar sobre essa problemática ao reconhecer que o cuidado em saúde está diretamente relacionado à qualidade dos territórios habitados, ao acesso a saneamento básico, moradia digna, alimentação saudável, mobilidade urbana e serviços públicos acessíveis. Além disso, promove a escuta ativa das experiências dessas mulheres, valorizando os saberes comunitários, o autocuidado coletivo e o

fortalecimento de vínculos como estratégias de resistência e pertencimento (Brasil, 1999, Santos; Rigotto, 2010, Freitas, 2003, Vieira; Oliveira, 2011, Carvalho, 2012).

Se propõem aqui, o enfoque da educação ambiental, por propor uma compreensão ampliada dos determinantes da saúde e por fomentar práticas educativas transformadoras, fundamentadas na justiça social, nos direitos humanos e no fortalecimento dos laços comunitários (Layrargues; Lima, 2011). Ao reconhecer a saúde como um direito que depende de condições ambientais, sociais, culturais e simbólicas, a educação socioambiental permite visibilizar as desigualdades estruturais que atravessam as vivências dessas mães e tensionar as ausências e falhas das políticas públicas.

O Capacitismo, entendido como a lógica que inferioriza e marginaliza pessoas com deficiência e suas famílias em relação aos padrões normativos de corpo, mente e funcionamento (Diniz, 2007), torna-se estrutural quando se institucionaliza em práticas, normas e omissões do Estado. Essa estrutura acaba por comprometer não apenas os direitos da pessoa com deficiência, mas as pessoas que convivem com elas.

O presente artigo partiu da questão problema de como o capacitismo estrutural, expresso na ausência ou ineficiência de políticas públicas acessíveis e intersetoriais, compromete a saúde física, mental e social de mães atípicas em contextos de vulnerabilidade, invisibilizando o cuidado enquanto responsabilidade coletiva e política? Tendo como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva crítica fundamentada na educação socioambiental, de que modo o capacitismo estrutural impacta a saúde de mães atípicas em situação de vulnerabilidade social,

evidenciando o cuidado como fenômeno coletivo e político. Logo, busca-se evidenciar que o cuidado não é apenas um ato individual, mas um fenômeno coletivo e político, cuja responsabilidade deve ser compartilhada pela sociedade e pelo Estado.

2. METODOLOGIA

O presente artigo se configura como uma Revisão Narrativa de Literatura, uma metodologia de pesquisa qualitativa que visa aprofundar o conhecimento sobre um tema específico a partir da análise e discussão de publicações científicas e acadêmicas. De acordo com Rother (2007), a revisão narrativa é caracterizada por fornecer uma visão abrangente, discutindo o desenvolvimento histórico e o estado atual do conhecimento sobre o tema, sem a obrigatoriedade de seguir protocolos sistemáticos rígidos, mas com o potencial de enriquecer o debate e a atualização do conhecimento.

2.1. Percorso Metodológico

O estudo investigou na literatura disponível, trabalhos publicados que abordassem a vivência de mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o impacto do capacitismo estrutural e as redes de apoio social envolvidas. A busca foi realizada nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no Google Acadêmico, no período de agosto a outubro de 2025.

A busca resultou em 51 artigos, resultando em 12 trabalhos selecionados para a análise final após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de inclusão, sendo estes: artigos completos disponíveis na íntegra, publicações que abordassem diretamente a

vivência, a sobrecarga e/ou a saúde de mães de pessoas com TEA, estudos que tivessem sido publicados nos últimos 15 anos (2010-2025). Como também, trabalhos que permitissem uma análise da intersecção entre o cuidado materno, a ausência de políticas públicas e o impacto social. Para refinar a busca, foram utilizados os seguintes descritores: "mães atípicas", "maternidade e autismo", "mães e autismo", "transtorno do espectro do autismo", "políticas públicas" e "apoio social". A estratégia de pesquisa combinou os termos por meio do operador booleano "AND", conforme a seguinte sintaxe: "apoio social" AND "Transtorno do Espectro do Autismo" AND "maternidade" AND "mães".

O processo de análise de dados envolveu a leitura de títulos e resumos (pré-seleção) e, posteriormente, a leitura na íntegra dos artigos pré-selecionados (seleção final). Os dados relevantes de cada estudo foram extraídos e sintetizados em um quadro sinóptico, contemplando: Autor/Ano, Tipo de Estudo, Objetivo Principal, População/Contexto, Principais Resultados, Relação com Capacitismo Estrutural, Políticas Públicas (presentes/ausentes) e Contribuições para Educação Socioambiental e Cuidado Coletivo. Esta síntese subsidiou a análise crítica na discussão.

A análise dos estudos selecionados foi realizada a partir de categorias temáticas construídas com base nos descritores utilizados e na articulação com os eixos centrais desta pesquisa, especialmente maternidade atípica, cuidado, sobrecarga e redes de apoio. Buscou-se interpretar os impactos dessas vivências na qualidade de vida das mães de pessoas autistas, considerando dimensões emocionais, sociais e institucionais, bem como as relações com o capacitismo estrutural e a insuficiência de políticas públicas. Além disso, a análise foi orientada conforme

fundamentação teórica de Minayo (2001) , por uma perspectiva que reconhece o cuidado como responsabilidade coletiva, em diálogo com a educação socioambiental, compreendendo que as experiências dessas mães não podem ser dissociadas do contexto social, político e cultural em que estão inseridas, o que reforça a necessidade de abordagens intersetoriais e mais inclusivas.

A análise crítica dos artigos selecionados foi conduzida à luz da pergunta norteadora do estudo. A perspectiva da Educação Socioambiental serviu como referencial teórico-analítico para tensionar as desigualdades estruturais e a necessidade de um cuidado coletivo e político.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 12 artigos selecionados permitiu a construção de um panorama multifacetado sobre a vivência da maternidade atípica em contextos de vulnerabilidade, com forte convergência para a tese central do artigo: o cuidado é um fenômeno atravessado pelo capacitismo estrutural e que demanda uma resposta coletiva e política, conforme preconiza a educação socioambiental. Os resultados foram agrupados nas três categorias de análise definidas

3.1. Sobrecarga Física e Mental

A literatura revisada aponta que a sobrecarga materna é o desfecho primário da ausência de redes de suporte efetivas. Os estudos analisados (Rossini et al., 2024; Rendon et al., 2019; Ribeiro; Massalai, 2024; Christmann et al., 2023; Araújo et al., 2020; Smeha; Cezar, 2011; Pascalicchio et al. 2021; Izidoro et al., 2024; Constantinidis; Souza Pinto, 2019) são unânimes em apontar a sobrecarga física e mental imposta às mães de crianças com TEA. A dedicação integral ao

cuidado, muitas vezes sem a devida rede de apoio formal e informal, culmina em altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e sentimento de culpa e isolamento.

Estudos como os de Araújo et al. (2020); Hilário et al., (2021) e Misquiatti et al. (2015) destacam que a rotina de cuidados com crianças autistas impõe uma carga estressante que resulta na abdicação da vida social e profissional das mães. Essa realidade é agravada pelo "filho idealizado" em contraste com as demandas reais do Transtorno do Espectro Autista (TEA), gerando sentimentos de incerteza e desamparo.

Constantinidis et al. (2018) trazem em seus estudos que a interrupção da trajetória profissional constitui um dos desdobramentos do impacto do diagnóstico de autismo na vida social da mãe. Observa-se, entretanto, que a persistência em manter a vida profissional, conciliando-a com as intensas demandas do cuidado ao filho autista, configura uma dupla jornada. Essa escolha, marcada pela sobrecarga e pelo encargo contínuo, impõe um ônus considerável à saúde da mãe, evidenciando a complexidade dos desafios enfrentados e a necessidade de suporte adequado.

Outra consequência observada, é na forma como os pais compreendem e aceitam o diagnóstico de autismo do filho, que podem impactar negativamente a dinâmica coparental. A coparentalidade, entendida como o compartilhamento de responsabilidades entre os cuidadores em prol do bem-estar da criança, pode ser fragilizada quando há negação do diagnóstico por parte de um ou ambos os pais. Nesses casos, é comum que ocorra o afastamento, especialmente da figura paterna, o que contribui para a ausência de apoio à mãe. Essa realidade tende a intensificar a

sobrecarga materna, concentrando nela as demandas de cuidado, organização da rotina e busca por intervenções (Constantinidis et al., 2018).

Sob a lente da educação socioambiental, essa sobrecarga não é apenas um problema biológico ou psicológico individual, mas um reflexo de um ambiente social que isola a cuidadora. Ribeiro e Massalai (2024) utilizam o termo "cargas invisíveis" para descrever como a dependência de um acompanhante em tempo integral recai quase exclusivamente sobre a figura feminina, evidenciando a divisão sexual do trabalho e a naturalização do sacrifício materno. Constantinidis et al. (2018, p.53), denotam a importância das redes de suporte que "são elementos fundamentais para a diminuição da sobrecarga das mães e também pontos importantes para realização de atividades sociais, devido à dependência da criança com autismo".

O estresse clínico, identificado em 86,5% das mães no estudo de Christmann et al. (2023), demonstra que a saúde mental dessas mulheres é negligenciada por um sistema que as vê apenas como extensões do cuidado do filho, e não como sujeitos de direitos. No estudo de Ribeiro; Massalai, (2024, p.60) é evidenciado que as mães "ao serem questionadas sobre os cuidados psicológicos algumas abordam a importância da terapia mas que por falta de tempo ou pelo financeiro resolve abdicar-se desse cuidado".

Essa sobrecarga é intensificada pela ausência de políticas públicas intersetoriais que garantam o acesso a terapias adequadas, escolas inclusivas e especializadas, como também falta apoio financeiro, forçando a mãe a se tornar a principal, e muitas vezes única, gestora e executora de todo o processo de cuidado (Constantinidis et al.

2018). A perspectiva da educação socioambiental ilumina essa questão ao demonstrar que a saúde dessas mães é um reflexo direto da qualidade do ambiente social e político em que estão inseridas, e não apenas de questões individuais. A falta de saneamento básico, moradia digna e acesso a serviços de saúde de qualidade, características da vulnerabilidade social, somam-se à demanda do cuidado atípico, criando um cenário de injustiça ambiental e social (Layrargues; Lima, 2011).

3.2. Capacitismo e Barreiras Institucionais

O capacitismo estrutural emerge como um dos principais determinantes da iniquidade em saúde vivenciada por essas mães. O capacitismo se manifesta de forma explícita e velada, desde o olhar de estranhamento social até as barreiras institucionais que dificultam o diagnóstico precoce, o acesso a direitos e a inclusão escolar.

Estudos como o de Constantinidis et al. (2018) revelam a pressão social e a internalização do ideal de "filho perfeito", que gera culpa e sofrimento. No entanto, a análise focada na perspectiva socioambiental revela que o capacitismo se torna estrutural na medida em que o Estado falha em prover o suporte necessário, transformando a responsabilidade do cuidado em um fardo individual.

Os autores Izidoro et al. (2024, P.16) apontam que a "inclusão de políticas públicas voltadas para a capacitação de profissionais de saúde, especialmente na atenção primária, é crucial para promover o diagnóstico precoce e o acolhimento adequado das mães e famílias". Nessa direção, é imprescindível considerar que práticas

atravessadas pelo capacitismo, expressas em estigmas e preconceitos, podem comprometer a qualidade do cuidado, dificultando tanto o reconhecimento precoce dos sinais quanto a intervenção seguinte. Soma-se a isso a presença de barreiras institucionais, como a fragmentação dos serviços, a insuficiência de protocolos integrados, a limitação de acesso a atendimentos especializados e a descontinuidade do cuidado.

Nesse contexto, o capacitismo estrutural revela-se na dificuldade de acesso a diagnósticos e tratamentos, funcionando como uma barreira que perpetua a vulnerabilidade. Além disso, Constantinidis et al. (2018) apontam a resistência de profissionais em fornecer o diagnóstico precoce, o que retarda intervenções cruciais e prolonga a angústia materna. Essa ineficiência institucional é uma forma de violência que invisibiliza as necessidades específicas de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A perspectiva crítica aqui adotada sugere que as instituições de saúde e educação frequentemente operam sob uma lógica capacitista, que exige a "normalização" da criança em vez de promover a acessibilidade e o suporte intersetorial. Izidoro et al. (2024) ressaltam que a enfermagem e outros profissionais de saúde precisam de capacitação para além do técnico, focando no acolhimento biopsicossocial. Quando o Estado falha em prover políticas públicas acessíveis, ele reforça a ideia de que a deficiência é um "problema privado", desonerando-se da responsabilidade política de garantir o bem-estar coletivo.

A invisibilidade do cuidado materno atípico por parte do poder público é a face mais perversa dessa estrutura. Para Ribeiro e Massalai (2024), a sobrecarga materna é um reflexo de uma

sociedade que pouco discute a saúde mental das cuidadoras, tratando a renúncia profissional e o isolamento social como desdobramentos "naturais" do diagnóstico, e não como uma falha sistêmica de proteção social. Além disso, despolitiza o problema, tratando-o como uma questão familiar e privada, e não como uma falha sistêmica que exige intervenção urgente e coordenada.

3.3. Redes de Apoio e Cuidado Coletivo

Ao evidenciar o cuidado como fenômeno coletivo e político, é reforçado pelos achados. A educação socioambiental, ao propor a valorização dos saberes comunitários e a construção de territórios mais justos e inclusivos, oferece um caminho para a superação do modelo individualizante do cuidado. O cuidado não deve ser visto como uma obrigação exclusiva da mãe, mas como uma responsabilidade social que exige a participação ativa da comunidade, da escola, dos serviços de saúde e do Estado (Santos; Rigotto, 2010, Franco; Vaz, 2009, Vieira e Oliveira, 2011, Carvalho, 2012).

A transição do cuidado individual para o cuidado coletivo é a chave para a transformação da realidade das mães atípicas. Rendón et al. (2019) argumentam que a fragilidade das redes de apoio social torna essas mulheres vulneráveis em múltiplas dimensões (biopsicosocioespiritual). A formação de um sujeito ecológico pressupõe a compreensão de que a sustentabilidade da vida é um projeto coletivo, sustentado pela interdependência e por uma ética da responsabilidade compartilhada. Conforme defende Isabel Carvalho (2012, p.69), processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos.

A carência de redes de apoio efetivas é um ponto crítico, quando presentes, as redes de apoio (familiares, grupos de mães, associações) funcionam como um fator de proteção crucial contra o estresse e o isolamento (Rendón et al.,2019). O fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de experiências entre as mães (o autocuidado coletivo), surgem como estratégias de resistência e empoderamento para enfrentar as dificuldades diárias. Como Smeha e Cezar (2011, p.48) apontam, “o apoio familiar, o apoio técnico e o suporte religioso constituem uma rede social mais eficaz para as mulheres”, sendo necessária essa busca para ajudar a minimizar as dificuldades e ajudar o filho.

Para Smeha e Cezar (2011, p.47), apontam que as redes sociais de apoio como “a família ampliada, a comunidade, a escola e a equipe de profissionais, são fontes de auxílio e informação diante das adversidades sentidas pelos pais em decorrência da situação limitante do filho”. No entanto, como alertam Izidoro et al. (2024), a eficácia dessas redes é frequentemente comprometida pela ausência de políticas públicas intersetoriais. Sob a perspectiva da educação socioambiental de Isabel Carvalho (2021), essa lacuna estatal reflete um capacitismo estrutural que ignora a interdependência necessária para a sustentabilidade da vida, transformando o cuidado, que deveria ser uma responsabilidade coletiva e política (RIBEIRO; MASSALAI, 2024) , em um fardo solitário para as mães.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar, sob a lente crítica da educação socioambiental, de que modo o capacitismo estrutural impacta a saúde de mães atípicas em situação de vulnerabilidade social,

evidenciando o cuidado como fenômeno coletivo e político. A revisão narrativa e a análise dos 12 artigos selecionados confirmaram a hipótese central do estudo: o cuidado materno atípico está profundamente marcado pela sobrecarga, pelo adoecimento mental e pela invisibilidade, sendo estes fatores resultantes diretos da falha do Estado em prover políticas públicas intersetoriais e acessíveis, o que configura o capacitismo em sua dimensão estrutural.

A saúde das mães atípicas mostra-se indissociável das condições de seu entorno, como território, acesso a serviços e redes de apoio, bem como da forma como as instituições respondem ao capacitismo. A insuficiência de suporte formal e a despoltização do cuidado configuram, assim, um cenário de injustiça socioambiental que recai de maneira significativa sobre essas mulheres.

Os achados deste estudo evidenciam a urgência de políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação, assistência social e garantia de renda, assegurando tanto o atendimento integral às crianças com TEA quanto o suporte psicológico e social às mães. Além disso, destaca-se a necessidade de reconhecer o cuidado como trabalho socialmente relevante, superando sua naturalização como atribuição exclusivamente feminina e promovendo a criação de dispositivos de apoio, como o acesso a cuidadores qualificados e o fortalecimento de serviços educacionais inclusivos. Soma-se a isso a importância do investimento em redes comunitárias, por meio de espaços de escuta, apoio mútuo e empoderamento, capazes de transformar experiências individuais em ações coletivas.

Dessa forma, o enfrentamento do capacitismo estrutural e a promoção da saúde das mães atípicas demandam uma mudança de paradigma, na qual o cuidado seja compreendido como responsabilidade coletiva e direito humano, e não como um encargo individual. A educação socioambiental, ao promover a justiça social e a participação ativa, oferece base teórica e prática para essa transformação, convocando o Estado e a sociedade à construção de contextos mais inclusivos e equitativos. Por fim, sugere-se por pesquisas futuras, envolvendo diretamente as mães atípicas na elaboração de soluções e políticas públicas em seus territórios, em consonância com os princípios da educação socioambiental e do fortalecimento comunitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO Jairo de; MORAIS Aisiane ; SILVA Mayane da.; AMORIM Rita ; SOUZA Sinara. Cuidar de crianças autistas: experiências de familiares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 2, p. e2138, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2138>. Acesso em: 14 de dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

CARVALHO, Isabel. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Isabel; SCHMITT, Lilian. A. Educação e sustentabilidade: aprendizagens em uma horta urbana. **Revista Gredos**, v. 10, p. 1-15,

2021. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/145140>. Acesso em 15 no. 2025.

CHRISTMANN, Michele.; BARRETO, Adriana.; CARVALHO, Felipe.; ROCHA, Marina da. Estresse, apoio social, crenças e práticas parentais de mães de crianças autistas. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**, Coimbra, Portugal, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2023. DOI: 10.31211/rpics.2023.9.2.308. Disponível em: <https://rpics.ismt.pt/index.php/ISMT/article/view/308>. Acesso em: 1 Nov. 2025.

CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid; SOUZA PINTO, Alinne. Revisão Integrativa sobre a Vivência de Mães de Crianças com Transtorno de Espectro Autista. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, 2019. DOI: 10.20435/pssa.v0i0.799. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/799>. Acesso em: 1 nov. 2025.

CONSTANTINIDIS, Teresinha.; SILVA, Laila.; RIBEIRO, Maria Cristina. “Todo Mundo Quer Ter um Filho Perfeito”: Vivências de Mães de Crianças com Autismo. **Psico-USF**, v. 23, n. 1, p. 47-58, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/M8DXRCRGP6Rc6k7ZdCPMjQv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 de nov. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

HILÁRIO, Adriana Souza; AZEVEDO, Isana Hipólito; DE SOUZA, JulioCesar Pinto. **Autismo nas relações parentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças diagnosticadas com TEA**. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 6, p. 24819-

24831, 2021. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/39471>. Acesso em 04/09/2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>? Acesso em: 15 set. 2025.

FREITAS, Carlos Machado de. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 137-150, 2003. **FapUNIFESP** (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232003000100011>. Acesso em 2 nov. 2025.

IZIDORO, Bárbara.; LOPES, Larissa.; SOARES, Jandson. A maternidade e os desafios nos cuidados da criança com espectro autista sob o olhar da enfermagem. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141143, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1143. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1143>. Acesso em: 1 nov. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de agosto de 2025.

LOUREIRO, CFB. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente & Educação*: **Revista de Educação**

Ambiental 8 (1), 37-54. 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>. Acesso em 09 de out. de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MISQUIATTI, Andréa ; BRITO, Maria. Claudia, FERREIRA, Fernanda; ASSUMPÇÃO, Francisco Junior. Sobrecarga familiar e crianças com transtornos do espectro do autismo: perspectiva dos cuidadores. **Revista CEFAC**, v. 17, n. 1, p. 192–200, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/3pfYytcbXMZxHhHFNFpwWHP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 de Nov. 2025.

PASCALICCHIO, Mariana Ledier; ALCÂNTARA, Kelly Cristina Garcia de Macêdo; PEGORARO, Luiz Fernando Longuim. Vivências maternas e autismo: os primeiros indicadores de TEA e a relação mãe e filho. **Estilos da Clínica**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 3, p. 548–565, 2021. DOI: [10.11606/issn.1981-1624.v26i3p548-565](https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i3p548-565). Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/178040>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RIBEIRO, Carolina F. A.; MASSALAI, Renata. CARGAS INVISÍVEIS: O DESAFIO DAS MÃES NOS CUIDADOS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 43–66, 2024. DOI: [10.51891/rease.v10i12.17251](https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17251). Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17251>. Acesso em: 13 Nov. 2025.

RENDON, Daniela.; SALIMENA, Ana Maria.; AMORIM, Thaís; PAIVA, Andyara. ; MELO, Maria; BATISTA, Bárbara. CONVIVÊNCIA COM

FILHOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESVELANDO SENTIDOS DO SER-AÍ-MÃE. **Revista Baiana de Enfermagem** , [S. 33, 2019. DOI: 10.18471/rbe.v33.31963 . Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/31963>. Acesso em: 1 Nov. 2025.

SANTOS, Alexandre; RIGOTTO, Raquel. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 8, n. 3, p. 387–406, nov. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/H5BtBJTGvQZgSXXkVNrTKphp/?format=html&lang=pt>_Acesso em_20 set 2025.

ROSSINI , G. P.; PEREIRA , S. H. N.; ROCHA, G. R. M.; INÁCIO , J. G.; MENDONÇA , A. M. B.; NETTO , P. R. de S.; NÓBREGA , G. L. F.; SIMON , R. F.; LIMA , V. R. S.; ANASTACIO , L. B.; LIMA , P. D. de F.; SÁ, D. R. de. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS E RECURSOS PARA INDIVÍDUOS E FAMILIARES. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 6, n. 6, p. 1145–1153, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n6p1145-1153. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2365>. Acesso em: 1 Nov. 2025.

SCHMIDT, C., & BOSA, C. A. (2007). Estresse, apoio social e auto-eficácia em mães de portadores de autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 23(4), 405-414. Rother ET. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. Enferm* 2007; 20(2):v-vi. <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em 28/09/2025.

SMEHA, Luciane.; CEZAR, Pâmela. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 43–50, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QypM8WrpBcGX9LnwfvvgqWpK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 de nov. de 2025.

VIEIRA, Ana Carolina; OLIVEIRA, Silmara Sartoreto de. Educação Ambiental e Saúde Pública: uma análise crítica da literatura. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 37–44, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1025>. Acesso em: 3 out. 2025.

¹ Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora na Educação Especial na rede Municipal de Rio Grande – RS. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2440-976X>

² Pós-Doutora em Enfermagem. Professora na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Endereço: Rio Grande –Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2376-6474>